

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE, REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2014.

Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e catorze, às dez horas, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, no Paineiras Country Club - localizada na Avenida Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 2009, Pindamonhangaba, São Paulo. Compõem a pauta desta reunião: 1) Aprovação de Ata da 9ª reunião ordinária; 2) Apresentação do Relatório dos Trabalhos da Câmara Temática de Mineração; 3) Apresentação do Projeto de Videomonitoramento do Vale do Paraíba e Litoral Norte; 4) Outros Assuntos. Assinaram o livro de presença os conselheiros: Antônio Márcio de Siqueira (Aparecida), Edson de Sousa Quintanilha (Arapeí), Marco Antonio Chagas da Silva (Caçapava), João Luiz do Nascimento Ramos (Cachoeira Paulista), Frederico Guidoni Scaranello (Campos do Jordão), Lucemir do Amaral (Canas), Antonio Carlos da Silva Junior (Caraguatatuba), Rafic Zake Simão (Cruzeiro), Décio R. Dinamarco (Guaratingueta), Antonio Luiz Colucci (Ilhabela), Valter Lúcio Corbani (Jacareí), José Galvão da Rocha (Lagoinha), Fabio Marcondes (Lorena), Daniela de Cássia Santos (Monteiro Lobato), Evail Augusto dos Santos (Natividade da Serra), Victor de Cassio Miranda (Paraíbuna), Paulo Noia de Miranda (Piquete), Ildefonso Mendes Neto (São Bento do Sapucaí), Alex Euzébio Torres (São Luiz do Paraitinga), Geraldo de Oliveira Neto (Taubaté), Luis Fernando Ventura Silva (Ubatuba), Capitão Marcelo Vieira dos Santos (Casa Militar), Jamil Scatena (Cultura), José Fernando Bruno (Energia), Fuad Murad (Fazenda), Maristela Siqueira Macedo de Paula Santos (Saúde), Jovino Paulo Ferreira Neto (Agricultura e Abastecimento), Edmur Mesquita de Oliveira (Desenvolvimento Metropolitano), Maria Aparecida Silva de Matos (Desenvolvimento Social), Ailton Barbosa Figueira (Planejamento e Desenvolvimento Regional), Fabiano Vanone (Meio Ambiente), Antônio Carlos Gonçalves de Oliveira (Transportes Metropolitanos), Luiz José pedretti (Emplasa), José Celso Bueno (Emplasa/SJC). Foram representados os seguintes conselheiros: Altamar Machado Mendes Ribeiro (Jambeiro) por José Milton Donizete Pereira, Vito Ardito Lerario (Pindamonhangaba) por Benedito Rubens Fernandes de Almeida, Edno Felix Pinto (Potim) por Benedito Luiz Felix, Ricardo Evangelista Lobato (Redenção da Serra) por Nelma Biondi de Angelis, Jonas Polydoro (Roseira) por Alexandre Benedito Santos Silva, Clodomiro Correia de Toledo Junior (Santo Antonio do Pinhal) por Alex Ferreira, Carlos José de Almeida (São José dos Campos) por Miguel Sampaio Junior, Marcelo Vaqueli (Tremembé)

por Rodrigo Muassab, Antonio Carlos da Ponte (Segurança Pública) por Eliane Nikoluk Scachetti e Marcos Renato Vieira. Assinaram também o livro de presença: Padre Afonso Lobato (deputado estadual), Flávio Pereira (deputado federal recém-eleito), Rosalia Maria L. Gomes (Câmara Temática de Mineração), Antero Saraiva Junior (Câmara Temática de Mineração), Aluísio Teixeira Junior (FESP-SP) e André M. Galvão (FESP-SP). Registrou-se a ausência de representantes dos municípios de Areias, Bananal, Cunha, Igaratá, Lavrinhas, Roseira, Santa Branca, Santo Antônio do Pinhal, São José do Barreiro, Queluz, Santa Branca, São Sebastião e Silveiras, além dos representantes das secretarias de: Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia; Educação; Esporte, Lazer e Juventude; Habitação; Logística e Transportes; Planejamento; Saneamento e Recursos Hídricos; Turismo e representantes da Câmara Federal e da Casa Civil. Iniciando os trabalhos, Ildefonso Mendes Neto, prefeito de São Bento de Sapucaí e presidente do Conselho, saudou os presentes, destacou os itens em pauta e passou a palavra ao conselheiro Edmur Mesquita. Edmur cumprimentou os integrantes da reunião e fez um breve relato do processo de elaboração do projeto de videomonitoramento, a cargo da FESP (Faculdade Escola de Sociologia e Política) de São Paulo, destacando os esforços conjuntos do GAMESP (Gabinete Metropolitano de Gestão Estratégica de Segurança Pública) do Vale do Paraíba, da Secretaria de Segurança Pública e agentes públicos de toda a região para sua execução. Ao enfatizar o singular espírito de integração regional no panorama de uma hábil governança metropolitana implementada pelo governo do Estado de São Paulo, Edmur pontuou que atualmente o projeto está em fase de análise por parte da Polícia Militar, que apontará eventuais adequações necessárias. Uma vez concluída esta fase, será publicado no Diário Oficial edital para compra dos equipamentos que serão empregados no Sistema de Videomonitoramento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Edmur Mesquita passou então a palavra a André Galvão, consultor da FESP. **André passou a descrever o histórico da elaboração e execução do projeto** em sua fase de levantamento de dados, iniciada em outubro de 2013, salientando como alguns de seus pontos centrais: a revisão dos conceitos aplicados ao tema (como os de cunho operacional e de tecnologia disponível), além de aspectos como o papel de cada uma das organizações envolvidas; a intensa participação articulada das Polícias Militar, Civil, Rodoviária e Federal nesse processo, de modo a munir uma frente de assessoria técnica formada pela Emplasa e FESP no suporte à Secretaria de Segurança Pública nesse processo; o caráter múltiplo de estruturas/agências dos municípios

da região, quanto à definição dos meios pertinentes ao uso do sistema de vídeo monitoramento (há municípios que não possuem Guarda Municipal, outros que possuem C.E.T., SAMU e casos em que uma única estrutura atende a municípios vizinhos (como é caso de algumas Companhias da Polícia Militar); O uso de tecnologia OCR, que possibilita o reconhecimento automático via vídeo de veículos roubados/furtados, entre outros. A fim de otimizar recursos, André declarou que foi definida a incorporação das 383 câmeras do sistema de São José dos Campos ao sistema – em contrapartida, o município tem acesso ao banco de dados da Secretaria de Segurança Pública (Sistema Detecta, da Secretaria de Segurança Pública), de modo a articular ainda mais as bases para identificação/investigação/apuro de dados em tempo estreito em seus trabalhos. André então enfatizou que a tradicional ideia de que um sistema de vídeo monitoramento baseado numa sala de comando com várias telas e uma equipe responsável por filtrar, via observação, a identificação a eleição de situações de risco ou que necessitem de suporte de agentes não reflete o momento atual: Hoje, por meio de alarmes e confronto de imagens, a tecnologia filtra e intersecciona os dados dos bancos disponíveis. André informou estar prevista a cobertura das entradas e saídas dos municípios, cobrindo assim seus perímetros (94 pontos com 230 câmeras). A partir deles serão estabelecidas as estratégias operacionais e montagem dos Centros de Operação, que terão duas ou três posições nas respectivas Guardas Civis e/ou prefeituras. André declarou estar previsto já, em Termo de Referência que a modalidade de serviço envolvida é de "Prestação de Serviços", por um período de cinco anos.. Assumiu a palavra Toninho Colucci, prefeito de Ilhabela, que perdeu informações sobre o cronograma de instalação do sistema. André Galvão reiterou que a fase atual é de análise por parte da Polícia Militar de São Paulo e declarou que, concluída a licitação, a previsão é de cerca de seis meses para que os Centros de Operação estejam aptos, e de cerca de um ano para a instalação das câmeras. Na sequência, assumiu a palavra Alex Torres, prefeito de São Luiz do Paraitinga, que indagou se os três pontos de acesso de seu município seriam contemplados. André respondeu que o monitoramento dos pontos em questão está previsto na primeira fase do projeto. Luiz José Pedretti, vice-presidente da Emplasa, assumiu então a palavra e ressaltou que, junto à instalação de câmeras, é objetivo do projeto interligar ao sistema imagens das câmeras de concessionárias de estradas de rodagem, bancos e empresas privadas, de modo a aumentar ainda mais sua área de abrangência. A palavra foi passada então ao conselheiro Edmur Mesquita, que declarou estarem as providências alinhadas a etapas exigidas por legislação, de modo que a

fluidez do projeto está vinculada aos prazos de praxe. O conselheiro enfatizou que recentemente houve reunião com a Secretaria de Segurança Pública, para acompanhamento do fluxo do projeto. Edmur salientou que tal acompanhamento prosseguirá, sendo os municípios informados sobre as medidas em curso. Assumiu a palavra o presidente do Conselho Ildelfonso Mnedes Neto, que salientou ter a mesma ansiedade dos prefeitos Toninho Colucci e Alex Torres quanto à efetivação do projeto, reiterando a seguir a necessidade de paciência perante os prazos legais. Ildelfonso parabenizou os envolvidos pela conclusão dos trabalhos da Câmara Temática de Mineração e passou a palavra ao subsecretário de Mineração José Fernando Bruno, que saudou os presentes e agradeceu ao Conselho a oportunidade de executar tal trabalho. Após enfatizar ser a Câmara Temática uma frente inovadora de estudo para o Estado, sintetizou como **pontos de destaque nas discussões da Câmara Temática de Mineração: a) O Ordenamento Territorial Geomineiro (OTGM) da região, a indicação de seu emprego no suporte ao planejamento estratégico (na elaboração de um Plano Diretor municipal, por exemplo) e a apresentação das atividades em desenvolvimento sob responsabilidade da Subsecretaria de Mineração e da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo:** Destacado instrumento de planejamento regional das atividades minerárias, pode subsidiar o hábil planejamento do uso e a ocupação do solo municipal nesse âmbito; de modo similar, vem colaborar na atualização e fornecimento dos Planos Diretores dos municípios (de forma especial quanto aos lindeiros do rio Paraíba do Sul) e na elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico (via Secretaria do Meio Ambiente), firmando a execução sustentável das atividades de Mineração inseridas no planejamento municipal e regional. Com execução técnica realizada por geólogos, geógrafos e engenheiros de minas do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), sob supervisão da equipe da Subsecretaria de Mineração, os OTGM's dos quinze municípios que apresentam maior volume de demandas e resoluções de conflito (todos eles lindeiros ao rio Paraíba do Sul) tem sua entrega prevista para até o dia 14 de dezembro de 2014. Uma vez finalizados os OTGM's, será definida reunião junto às prefeituras envolvidas para a entrega e discussão dos trabalhos. Quanto aos demais municípios, numa segunda etapa será firmado novo contrato com o IPT para a elaboração dos OTGM's; **b) Licenciamento Mineral:** Esclarecimentos sobre critérios metodológicos e legais utilizados nos trabalhos conduzidos pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) e a respeito de questionamentos da sociedade civil acerca de como se dá o controle dos limites de áreas licenciadas perante a legislação federal que a rege. **c)**

Licenciamento Ambiental:Envolvendo toda a região e contando com a presença de agências regionais da CETESB, estabeleceu-se amplo debate acerca dos procedimentos de licenciamento, de seus critérios de análise e de fiscalização, assim como sobre os compromissos assumidos pelas empresas de mineração no Vale do Paraíba nas fases de implantação, operação, desativação e recuperação ambiental da área;

d) O Arcabouço Legal da Mineração no Vale do Rio Paraíba:Informações e debate acerca da legislação que rege a atividade de Mineração no país. O subsecretário destacou que a elaboração do novo Código de Mineração suscitou em 2013 intensa movimentação e conflito entre os Estados no Congresso Nacional. Nesse contexto, São Paulo, Estado de terceiro maior volume de agregado produzido ano (200 milhões de toneladas) e quarto em relação à arrecadação, prossegue integrando contundentemente o debate em Brasília;

e) O Efeito Cumulativo da Mineração: Sobretudo referindo-se ao impacto das cavas nos ciclos hidrológicos regionais, após a apresentação de diversos estudos, entendeu-se não haver ainda resultados conclusivos quanto ao impacto direto positivo ou negativo sobre o volume de água do rio Paraíba do Sul, devendo o debate prosseguir a fim de ser ainda mais aprofundado, inclusive no tocante à crise hídrica;

f) Os Planos de Recuperação de Áreas Degradadas e os Desafios e Soluções para o Passivo Ambiental Existente:É preciso refinar cada vez mais a aplicação de soluções integradas, de maneira a satisfazer as obrigações da atual legislação.

g) O Transporte de Bens Minerados nas Estradas Regionais e a Busca por Alternativas de Maior Eficiência Energética:Diante do impacto nas rodovias da região, transportes via férrea e hidrovias vem sendo estudados/apontados como alternativa por estudos recentes;

h) A Reutilização do Resíduo da Construção Civil em Obras Públicas e de Caráter Socioambiental:. A Secretaria do Meio Ambiente já pontua o uso do resíduo na recuperação de vias vicinais e como sub-base para construção de estradas. Mesmo que ainda seu uso se dê sob baixa escala apresentar interesse econômico imediato por essa frente no mercado, a médio prazo a aplicação de tal medida é de profundo interesse estratégico para os municípios;

i) O Uso Futuro das Áreas Mineradas sob o Prisma do Desenvolvimento Metropolitano: Tópico central nas discussões, identificou ações que desde já devem ser sustentadas como pontos focais:

- 1)** Prestigiar as empresas que respeitam o meio ambiente por meio das melhores práticas de planejamento mineral; coibir incisivamente a ilegalidade e proibir a clandestinidade na prática de atividades minerárias, contando com efetiva participação do Poder Público Municipal em sua articulação/acompanhamento;
- 2)** Manterem

todos os entes envolvidos uma postura de permanente interesse pelo diálogo propositivo quanto à harmonização da Mineração com as políticas públicas de desenvolvimento, a fim de que o debate e o compartilhamento de informações entre representantes do Poder Público, da Sociedade Civil, do Ministério Público e da Iniciativa Privada se refinem, integrando as melhores ideias na formulação de soluções hábeis articuladas (simplesmente deflagrar ou reafirmar conflitos entre convicções isoladas não capacita iniciativas produtoras); **3)** Buscar soluções de suporte de tecnologia da informação para aperfeiçoar a gestão/controlar de áreas de mineração em trabalho conjunto com as esferas estadual e federal de governo. Nesse contexto, por meio de um Protocolo de Intenções já há firmado convênio com o DNPM a fim de construir o Sistema de Informação Minerária (SIMIN), ferramenta tecnológica de suporte ao acompanhamento e desenvolvimento da Produção Mineral no Estado de São Paulo; **4)** Aprofundar ainda mais os Estudos da CETESB quanto à avaliação da qualidade das águas nas cavas de mineração e à recuperação de fauna e flora, por meio de Projetos Demonstrativos. Surpreendendo o apontamento de alguns debates na Câmara, o qual dizia que as águas das cavas de mineração estariam totalmente contaminadas, a análise de amostras indicaram diagnóstico distinto, sinalizando expectativa positiva quanto à possibilidade de uso futuro das águas em questão. Nesse sentido, análises, que contêm amostras de água em patamar mais amplo poderão vir a comprovar de maneira mais segura e adequada sua possibilidade de uso futuro; A respeito de lavras legalmente habilitadas na região das encostas da Serra da Mantiqueira, que aplicam técnicas de recuperação ambiental e paisagística, é preciso maior divulgação, a fim de disseminar e replicá-las nas demais lavras/minerações; **5)** Inserir os Compromissos de Recuperação Ambiental no Planejamento Municipal. Uma vez inseridos, firma-se a perspectiva de serem propostas ações conjuntas para a pertinente adequação, reabilitação e uso futuro das áreas mineradas; **6)** Passar a considerar a Mineração como atividade-meio, inserindo-a em um processo mais amplo de desenvolvimento, o qual perpassa a fase de efetiva mineração e abarca o planejamento do uso e destinação futura da área, sob o panorama do desenvolvimento metropolitano. Estudos da Subsecretaria de Mineração identificaram experiências mundiais bem sucedidas no que toca a integração das lavras ao processo de desenvolvimento metropolitano. Neste modelo de mineração, o planejamento a médio e longo prazo configura oportunidade que transcende o prisma da recuperação ambiental, posto tornar viável e sustentável o uso futuro das áreas, de modo a promover ainda

benefícios socioambientais e econômicos; José Fernando Bruno então recomendou ao Conselho: **1)** A continuidade dos trabalhos da Câmara Temática de Mineração, tendo em, vista o interesse geral pelo aprofundamento do debate em diversas frentes, tais como as ligadas aos pontos de destaque há pouco listados; **2)** A criação de um grupo técnico de trabalho, subordinado ao órgão de planejamento metropolitano estadual, para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Metropolitano do Vale do Paraíba. Por meio da participação de todos os agentes atuantes da região, seriam abordadas as diversas agências setoriais, entre as quais a ligada à atividade minerária. Prosseguindo, o subsecretário expôs como exemplo de planejamento hábil de uso futuro de cava de mineração as regiões do rio San Joaquin, na Califórnia, Estados Unidos, e a do rio Reno, na Alemanha. Ambas construíram grandes lagos e empreendimentos imobiliários planejados às suas margens. José Fernando Bruno ainda citou, ao expor imagem de cavas da região, outros conceitos de ocupação futura, tais como como a construção de shoppings e a formação de lagos para passeios de barco, de raias olímpicas para a prática de canoagem e de remo. O subsecretário agradeceu a Jeferson, seu relator e toda a equipe da Subsecretaria de Mineração, um grupo pequeno e empenhado que tornou viável a apresentação e execução desse trabalho. Ao solicitar que cada prefeito designasse um representante técnico para participação no *workshop* ligado ao tema na parte da tarde e destacar a importância do debate para o desenvolvimento da região, o subsecretário agradeceu a todos e passou a palavra ao presidente do Conselho, Ildfonso Mendes Neto, que submeteu o Relatório Final da Câmara Temática de Mineração à aprovação do Conselho, obtendo-a por unanimidade. [Obs.: O Relatório dos Trabalhos da Câmara de Mineração está disponível no *site* da secretaria executiva do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. O presidente Ildfonso passou a palavra ao deputado estadual Padre Lobato, que saudou os presentes e enfatizou sua preocupação quanto aos impactos das cavas nos ciclos hidrológicos regionais. Nesse âmbito, o deputado declarou desejar acompanhar de perto o debate, posto que fatores como o assoreamento do rio Paraíba do Sul e a ausência de mata ciliar, junto à crise hídrica, entre outros, exigem uma análise mais ampla e articulada sobre a Bacia do rio Paraíba do Sul. Após parabenizar José Fernando pelos trabalhos da Câmara, o deputado salientou a representatividade dos interesses da região no Congresso Nacional, parabenizando os deputados federais recém-eleitos Flávio Pereira (Flavinho) e Eduardo Cury pelo sucesso nas eleições de 2014. A palavra foi então passada ao deputado federal recém-eleito Flavinho, que saudou os presentes e

destacou a alegria pela oportunidade de representar o Vale do Paraíba em Brasília. Nesse panorama, enfatizou já estar conversando com Eduardo Cury, também recém-eleito deputado federal, a fim de que ambos articulem e exerçam uma representatividade profícua quanto aos interesses e necessidades da região do Vale do Paraíba. O deputado agradeceu a todos e passou a palavra à coronel Eliane Nikoluk Scachetti, que saudou a todos e destacou que na data da reunião se deu a solenidade de reativação da tradicional "Escola de Formação de Soldados". Nesse contexto, declarou haver um contingente de 150 alunos em Taubaté prontos para atuarem na região, 120 alunos em formação em São José dos Campos e 60 alunos iniciando os estudos no módulo básico. A coronel então destacou a bonificação concedida a policiais da região, ligada a bons resultados operacionais no combate ao crime e, a respeito de indicadores de criminalidade, salientou que os homicídios permanecem como grande desafio, sendo 30% deles de caráter passional; do montante restante, grande parte segue vinculada ao tráfico de drogas, que permanece como alvo de ações específicas. Como reflexo, a coronel informou que até o início de dezembro de 2014 já se registra o dobro do volume de drogas apreendido em 2013. Referente ao sistema de videomonitoramento, a coronel ressaltou que, uma vez iniciado o videomonitoramento dos acessos dos municípios, haverá redução significativa de furto e roubo de veículos, além de outros tipos de crime, tal qual aconteceu com municípios que já efetivaram essa ação. No que toca a Operação Verão, a coronel informou que os municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte não cederão parte de seu efetivo policial, uma vez que 682 policiais oriundos de outras regiões do Estado integrarão a Operação (considerando ainda Polícia Ambiental, Rodoviária, Bombeiros e Equipes de Trânsito, entre outras). A coronel agradeceu a todos e passou a palavra ao conselheiro Edmur Mesquita, que informou, sobre o processo de votação da criação da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte na Assembleia Legislativa, que após debates ocorridos junto ao vice-presidente da Emplasa Luiz José Pedretti, a José Celso Bueno, coordenador do Escritório da Emplasa na Região Metropolitana do Vale do Paraíba, ao presidente da Assembleia Legislativa deputado Samuel Moreira e ao deputado Marco Aurélio (que propôs três emendas ao projeto de criação da Agência), verificou-se ser bem provável que o projeto seja votado ainda em 2014. Nesse sentido, Edmur destacou o trabalho do deputado Padre Lobato na Assembleia e do presidente do Conselho Ildelfonso Mendes Neto na interlocução com o Palácio dos Bandeirantes e com o deputado Marco Aurélio. Concluindo, Edmur Mesquita salientou que em 2015 se dará a eleição de novo presidente

do presente Conselho e agradeceu aos presentes pelo flagrante espírito de cooperação que regeu as ações do Conselho desde seu início. O presidente do Conselho assumiu a palavra, destacou a importância dos itens discutidos e do *workshop* a se realizar na parte da tarde, agradeceu aos conselheiros e, sem nada mais havendo a tratar, declarou encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, é assinada por todos.